

“ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA DA TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP

Pelo presente instrumento particular,

TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP, sociedade por ações com sede na Rua Martiniano de Carvalho, 851, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 02.558.157/0001-62, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada “Emissora”);

e, de outro lado,

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2.439, 11º andar, Cerqueira César, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os “Debenturistas”), aqui representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada “Agente Fiduciário”),

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em série única, da Espécie quirografária, da Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas em Assembléia Geral de Acionistas da Emissora realizada em 02 de setembro de 2004 (a “AGE”) e na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 20 de setembro de 2004 (a “RCA”), conforme faculdade prevista no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”) e no inciso XI do artigo 17 dos Estatutos Sociais da Emissora.

1.2. A emissão objeto desta Escritura é a 1ª realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Emissora, também aprovado pela AGE, tendo prazo de duração de 2 (dois) anos e limite de R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), submetido à arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) em 03 de setembro de 2004 (o “Programa”), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (a “Instrução CVM 400”).



CLÁUSULA II
REQUISITOS

A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nominativas, escriturais, em série única (a “Emissão” e as “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública (a “Oferta”) nos termos da Instrução CVM 400, será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Atas de AGE e de RCA

A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (a “JUCESP”) em 08 de setembro de 2004 sob o nº 403.270/04-2, tendo sido publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal *Gazeta Mercantil*, edição nacional, em 03 de setembro de 2004. A ata da RCA será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal *Gazeta Mercantil*, edição nacional.

2.2. Arquivamento da Escritura

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Oferta será registrada na CVM na forma da legislação e regulamentação aplicável.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID

A Oferta será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a “ANBID”) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 16 de janeiro de 2002 (o “Código ANBID”).

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures terão registro para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA (a “ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (a “CETIP”).

2.5.2. As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário no Sistema Nacional de Debêntures – SND (o “SND”), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, segundo suas normas e procedimentos. As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP.



**CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto: (i) a exploração de serviços de telecomunicações e (ii) o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas.

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura contempla a 1ª emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. Valor da Emissão

O valor da Emissão é de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão.

3.4. Número de Séries

A Emissão será feita em série única.

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados à recomposição das disponibilidades financeiras da Emissora, em razão do pagamento de dívidas ocorrido em setembro de 2004 e ao refinanciamento e alongamento de dívidas de curto prazo a vencer em dezembro de 2004, descritas a seguir:

Fontes	Valor (R\$)	%
Emissão das Debêntures	<u>R\$ 1.500.000.000,00</u>	100,00

Usos	Valor (R\$)	%
Comtel - Recomposição das disponibilidades financeiras em razão do pagamento de dívidas vencidas em setembro de 2004	R\$ 1.142.995.936,00	76,20
Empréstimos Bancários - Dívidas a vencer em dezembro de 2004	R\$ 357.004.064,00	23,80
Total	<u>R\$ 1.500.000.000,00</u>	100,00

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, observados os termos e condições definidos no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, em Regime de Garantia Firme, a ser celebrado entre a Emissora, o Banco Bradesco S.A.



(Coordenador Líder), o Banco ABN AMRO Real S.A., o Banco Itaú-BBA S.A. e o Banco Santander Brasil S.A. (o “Contrato de Distribuição”).

3.6.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após o arquivamento do Programa na CVM, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início da Oferta e a disponibilização do Prospecto e do Suplemento (conforme abaixo definidos) aos investidores.

3.6.3. O prazo de colocação das Debêntures será de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de publicação do anúncio de início da Oferta (o “Prazo de Colocação”).

3.6.4. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será concluída em havendo a subscrição e integralização, durante o Prazo de Colocação, do total das Debêntures distribuídas no âmbito da Oferta.

3.7. Limite do Programa e Limite Legal

3.7.1. O valor da presente Emissão é de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), estando, portanto, dentro do limite do Programa.

3.7.2. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na Data de Emissão, era de R\$ R\$5.978.073.811,88 (cinco bilhões, novecentos e setenta e oito milhões, setenta e três mil, oitocentos e onze reais e oitenta e oito centavos) e a Oferta constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão é realizada em série única.

4.1.4. Forma: As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão (o “Banco Mandatário e Escriturador”). Adicionalmente, será expedido pelo SND



o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND.

4.1.6. Espécie: As Debêntures são da espécie quirografária (sem garantia nem preferência).

4.1.7. Conversibilidade: As Debêntures não são conversíveis em ações.

4.1.8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão é 1º de setembro de 2004 (a "Data de Emissão").

4.1.9. Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures é de 6 (seis) anos, a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 01 de setembro de 2010 (a "Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida.

4.2. Remuneração

4.2.1 Atualização

O Valor Nominal não será atualizado.

4.2.2. Juros Remuneratórios

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103,5% (cento e três inteiros e cinco décimos por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo (as "Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos ("Remuneração").

4.2.2.2. Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos trimestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º de dezembro de 2004 e, o último, para o primeiro período de vigência da remuneração, em 1º de setembro de 2007;

4.2.2.3. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal desde a Data de Emissão, ou data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo.

4.2.2.4. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:



$$J = VN \times (\text{FatorJuros} - 1):$$

onde:

- J** valor da Remuneração devida no fim de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.2.2.2 acima, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VN** Valor Nominal da Debênture no início do Período de Capitalização, com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros** produtório das Taxas DI Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right):$$

onde:

- n** número total de Taxas DI Over, sendo "n" um número inteiro;
- p** 103,50 (cento e três inteiros e cinco décimos);
- TDI_k** Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- k** 1, 2, ..., n
- DI_k** Taxa DI Over divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

4.2.2.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.2.2.6. O fator resultante da expressão $\left(1 + (\text{TDI}_k \times \frac{p}{100}) \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;

4.2.2.7. Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + (\text{TDI}_k \times \frac{p}{100}) \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.



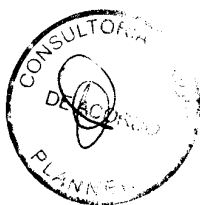
4.2.2.8. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do *spread*, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.9. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *spread*, se houver, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

4.2.2.10. Em referida Assembléia Geral de Debenturistas, os titulares de Debêntures representando pelo menos 66% (sessenta e seis por cento) do total das Debêntures em circulação e a Emissora decidirão o novo parâmetro de remuneração, aplicando-se a faculdade da Emissora, definida no item 4.2.2.11 a seguir ou, em não havendo acordo sobre o novo parâmetro, a Emissora estará obrigada a proceder nos termos do item 4.2.2.11(a) abaixo.

4.2.2.11. Após ser definido o novo parâmetro, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas estabelecidas nas alíneas (a) a (c) abaixo, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente. O resgate ao qual se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza, acrescido de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos deste item serão canceladas; ou
- (b) a Emissora deverá propor novo cronograma de pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, nos termos da Escritura, o qual não excederá a data de repactuação, se houver, ou a Data de Vencimento. Nesta alternativa, durante o cronograma de pagamento das Debêntures, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida originalmente, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o parâmetro de remuneração definido pelos Debenturistas e apresentada à Emissora



na referida Assembléia Geral de Debenturistas, ficando desde já estabelecido que será vedado à Emissora amortizar as Debêntures em outra data que não aquela estabelecida no cronograma apresentado aos Debenturistas, ficando a Emissora obrigada a celebrar com o Agente Fiduciário o respectivo aditamento à Escritura; ou

- (c) a Emissora deverá manifestar sua aceitação ao novo parâmetro de remuneração e celebrar com o Agente Fiduciário o respectivo aditamento à Escritura, restando inalterados os demais termos e condições da Emissão constantes da Escritura.

4.3. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o item 4.2. acima. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis ao SDT.

4.3.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os titulares das Debêntures serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada ao SND.

4.3.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura serão dias úteis (os “Dias Úteis”) todos aqueles que não sejam considerados, nos termos deste item, dias sujeitos à prorrogação dos prazos. No caso da Cláusula 4.2, dias úteis são aqueles assim reconhecidos pela CETIP.

4.3.4. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V abaixo, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.3.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou



em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.6. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.3.7. Amortização Programada: As Debêntures não serão objeto de amortização programada.

4.4. **Direito de Preferência**

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.5. **Repactuação**

4.5.1. As Debêntures desta Emissão estarão sujeitas à repactuação. Neste caso, deverá o Conselho de Administração da Emissora deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures aprovando o novo prazo de duração do período de vigência da Remuneração e as condições da Remuneração, bem como a época de seu pagamento. As deliberações do Conselho de Administração sobre as condições de repactuação serão comunicadas pela Companhia por intermédio de publicação nos jornais habitualmente utilizados pela Emissora até 18 Dias Úteis antes do encerramento de cada período de vigência da Remuneração, informando:

(a) o prazo do próximo período de vigência da Remuneração, obedecendo o prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente, se for o caso;

(b) a modalidade da taxa de juros e a taxa de juros a vigor durante o próximo período de vigência da Remuneração;

(c) as datas de vencimento e pagamento da Remuneração, inclusive juros e sobretaxa, se houver; e

(d) o prêmio de resgate antecipado, se houver, e sua metodologia de cálculo.

4.5.2. Fica desde já definido que o primeiro período de vigência da Remuneração das Debêntures terá início na Data de Emissão e vencimento 3 (três) anos depois, ou seja, em 1º de setembro de 2007, data de repactuação (a "Data de Repactuação").



4.5.3. Caso os Debenturistas não concordem com as condições fixadas pela Emissora para o próximo período de vigência da Remuneração ou caso tais condições não sejam publicadas pela Emissora no prazo assinalado, os Debenturistas poderão, entre o 17º (décimo sétimo) Dia Útil, inclusive, e o 11º (décimo primeiro), Dia Útil, inclusive, anterior à data de repactuação, manifestar, através da CETIP, da Emissora ou do Agente Fiduciário, sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures à Emissora.

4.5.4. A Emissora se obriga a adquirir a totalidade das Debêntures, nas datas de encerramento de cada período de vigência da Remuneração, dos Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora, para o período subsequente. As Debêntures serão adquiridas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* definida para o período vencido.

4.5.5. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

4.5.6. Caso haja aceitação das condições de repactuação por parte de titulares das Debêntures que representem, no máximo, R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), a Emissora poderá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, pelo pagamento de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de vencimento da Remuneração, não sendo devido qualquer prêmio a ser pago pela Emissora em virtude desse resgate. A Emissora deverá exercer essa prerrogativa através de publicação no 8º (oitavo) Dia Útil anterior à Data de Repactuação das Debêntures, devendo o valor do resgate, calculado nos termos desta Cláusula, ser pago na data de encerramento do período de vigência da Remuneração em questão. As Debêntures adquiridas pela Emissora por força do exercício do resgate previsto nesta Cláusula serão canceladas e, portanto, extintas.

4.6. Resgate Antecipado

4.6.1. A Emissora poderá resgatar antecipadamente as Debêntures em circulação, a qualquer tempo, mediante deliberação de seu Conselho de Administração e publicação de "Aviso aos Debenturistas", com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate antecipado, informando a data e o procedimento de resgate. O resgate antecipado poderá ser total ou parcial, pelo Valor Nominal Unitário da Debênture, na Data de Emissão, acrescido da (i) Remuneração devida até a data do pagamento das Debêntures resgatadas, e (ii) prêmio percentual conforme fórmula abaixo, calculado sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures:

$$\text{Prêmio (\%)} = P \left(\frac{\text{Dias a Decorrer}}{\text{Total de Dias Corridos}} \right)$$

onde:

Prêmio 0,60% (seis décimos por cento)



Dias a Decorrer

é o número de dias corridos a decorrer até a Data de Repactuação, inclusive, contados da data estipulada para o resgate, inclusive.

Total de Dias Corridos

é igual a 1096 (hum mil e noventa e seis) para o Primeiro Período de Vigência da Remuneração, que é o número total de dias corridos desde a Data de Emissão, inclusive, até a Data de Repactuação, inclusive.

4.6.2. Exclusivamente no caso de resgate parcial, nos 15 (quinze) Dias Úteis posteriores à publicação da Comunicação de Resgate, os Debenturistas poderão habilitar ao resgate Debêntures de que sejam titulares. Se a quantidade de Debêntures habilitadas exceder ao número de Debêntures a serem resgatadas, será efetuado rateio proporcional entre os titulares de Debêntures com base no número de Debêntures habilitadas. Se a quantidade de Debêntures habilitadas for inferior ao número de Debêntures a serem resgatadas, a Emissora deverá resgatar as Debêntures habilitadas e, sobre a diferença, realizar sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, coordenado pelo Agente Fiduciário, para determinar as demais Debêntures que serão resgatadas. As Debêntures objeto de tal aquisição deverão ser canceladas.

4.7. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

4.8. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal *Gazeta Mercantil* e no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores - *internet* (www.telefonica.com.br), exceção feita ao anúncio de início de distribuição das Debêntures e ao anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures, que apenas serão publicados na edição nacional do jornal *Gazeta Mercantil*. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Emissora na rede internacional de computadores - *internet*, no endereço acima referido.

**CLÁUSULA V
VENCIMENTO ANTECIPADO**

5.1. Observados os itens 5.1.1, 5.1.1.1 e 5.1.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o



imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, mediante entrega à Emissora de simples comunicação por escrito, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (“Evento de Inadimplemento”):

- (a) inadimplemento, pela Emissora, da obrigação de pagamento de principal e/ou da Remuneração das Debêntures não sanado em até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- (b) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
- (c) liquidação, pedido de auto-falência ou decretação de falência da Emissora;
- (d) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora cujo montante total inadimplido, individual ou agregado, ultrapasse o valor equivalente em Reais ou em outras moedas a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Dólares dos Estados Unidos da América), a ser convertido com base na taxa de venda PTAX 800, opção 5, divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia imediatamente anterior à data da ocorrência do evento previsto nesta alínea, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados for objeto de sustação judicial ou depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos de sua ocorrência;
- (e) declaração de vencimento antecipado de qualquer empréstimo e/ou financiamento da Emissora decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer montante igual ou superior ao valor equivalente em Reais ou em outras moedas a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Dólares dos Estados Unidos da América) a ser convertido com base na taxa de venda PTAX 800, opção 5, divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia imediatamente anterior à data da ocorrência do evento previsto nesta alínea;
- (f) ocorrência de qualquer alteração societária que venha a resultar na exclusão de forma direta ou indireta da Telefônica S.A. do controle acionário da Emissora;
- (g) revogação, suspensão, extinção, rescisão ou perda da eficácia ou validade de contrato de concessão celebrado pela Emissora para exploração de serviços de telecomunicações, de forma terminativa e irreversível, exceto quando substituído por outro ato de outorga nos termos da legislação em vigor que assegure direitos semelhantes aos anteriormente previstos;
- (h) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária relevante prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; ou



(i) demais casos previstos em lei.

5.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) até (c) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.1.1.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (d) até (i) supra, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data do conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula VIII abaixo e o quorum específico estabelecido no item 5.1.2. abaixo.

5.1.2. A Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o item 5.1.1.1. anterior somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação.

5.1.3. Não se realizando a Assembléia Geral de Debenturistas conforme disposto no item 5.1.2. supra, não havendo (i) sua convocação, (ii) deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, ou (iii) quorum, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

5.1.4. Para fins dos itens (b) e (c) da Cláusula 5.1. acima, será considerado como pedido de concordata preventiva ou decretação de falência qualquer procedimento extra-judicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação sobre falências e concordatas.

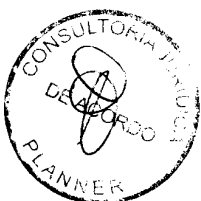
CLÁUSULA VI

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio à CVM, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social anterior imediatamente transcorrido, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes;
- (b) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas editadas pela CVM,



inclusive dos Formulários de Informações Trimestrais (ITRs), neste caso acompanhadas de parecer dos auditores independentes;

- (c) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléias que de qualquer forma envolvam os interesses dos Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados de sua publicação ou, no caso de atas, de sua lavratura;
- (d) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento de solicitação de qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário; e
- (e) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, imediatamente após a sua ocorrência.

6.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

6.1.3. Convocar, nos termos do item 8.1. desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça.

6.1.4. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas.

6.1.4.1 Até um Dia Útil após disponível, retransmitir pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o relatório aos Debenturistas elaborado pelo Agente Fiduciário, nos termos da alínea 'b' do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações.

6.1.5. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

6.1.6. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

6.1.7. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

6.1.8. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

6.1.9. Notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, sobre qualquer ato ou fato que possa



causar interrupção ou suspensão das atividades do objeto social da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do evento.

6.1.10. Preservar seus direitos, ativos, títulos de propriedade, concessões e licenças necessários ao curso regular do objeto social da Emissora e à manutenção das práticas comerciais usuais.

6.1.11. Pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis e os legítimos procedimentos administrativos e judiciais, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial.

6.1.12. Informar imediatamente à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer mudança ou imprecisão que afete diretamente ou indiretamente as informações prestadas no Prospecto e/ou no Suplemento.

6.1.13. Manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até o vencimento destas e disponibilizá-lo ao Agente Fiduciário.

6.1.14. Encaminhar, imediatamente, à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido no item 6.1.13. acima.

6.1.15. Não praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social e a Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas.

CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas trimestrais de R\$5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais),



devida a primeira após 05 (cinco) dias após a data de concessão do registro pela CVM e as demais no mesmo dia dos trimestres subsequentes;

- (b) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (c) As parcelas referentes ao item “a” serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação do IGP-M acumulado no respectivo período, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela;
- (d) A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.
- (e) Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- (f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2 % ao mês e juros de mora de 1,0 % ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;



- (g) As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS (Imposto Sobre Serviços) ou outros), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (h) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembléias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembléia Geral dos Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

7.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivada na Junta Comercial de São Paulo.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do



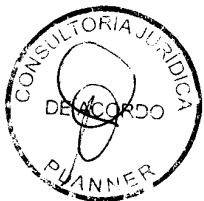
correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres

7.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser

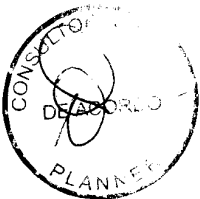


arcados pela Emissora;

- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 4.8 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à Assembléia Geral dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata da referida Assembléia;
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea 'b' do parágrafo 1º do artigo 68º da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (m.5) aquisição facultativa e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;



- (m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (m. 9) resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
- (m.10) relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (n) Colocar à disposição o relatório de que trata o inciso "m" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (n.1) na sede da Emissora;
 - (n.2) no seu escritório, no endereço indicado em sua qualificação;
 - (n.3) na CVM;
 - (n.4) no SND; e
 - (n.5) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures.
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso "n" acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Depositária e a CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à BOVESPA;
- (s) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas; e
- (t) coordenar sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das



Sociedades por Ações, na hipótese resgate parcial das Debêntures.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora;
- (e) se aplicável, executar garantias aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;

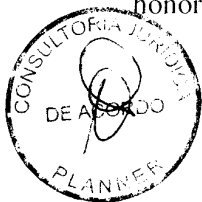
7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “b” e “c” acima se, convocada a Assembléia Geral dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembléia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” acima.

7.6. Despesas

7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, limitadas ao total anual de R\$5.000,00 (cinco mil reais), sendo que aquelas previstas no item 7.2(f) devem ter sido previamente autorizadas.

7.6.2. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, imediatamente, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas



pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLÉIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.



8.1.3. As Assembléias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; as de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (ii) controladoras (ou grupo de controle); e (iii) administradores da Emissora.

8.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação, observado que (i) alterações na Remuneração, prazos de vencimento ou repactuação das Debêntures deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; e (ii) a aprovação prévia a que se refere o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações exigirá o consentimento de Debenturistas representando mais da metade das Debêntures em circulação. Alterações a qualquer quorum de deliberação previsto nesta Escritura, sobre



uma determinada matéria, dependerão da aprovação de Debêntures que representem o quorum de deliberação previsto nesta Escritura para referida matéria.

8.4.2. Sem prejuízo do quorum de 90% (noventa por cento) previsto no item 8.4.1 acima, na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias úteis consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do índice componente da Remuneração, o quorum necessário para definição da nova Remuneração aplicável às Debêntures deverá ser composto por Debenturistas que representem, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) do total das Debêntures em circulação, conforme previsto no item 4.2.2.10 acima.

CLÁUSULA IX
DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições
- (d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil;
- (e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (i) ter verificado os limites desta Emissão, nos termos do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, e que esses limites foram atendidos pela Emissora.

9.2. A Emissora neste ato declara e garante:



- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima;
- (b) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm legitimidade e poderes bastante para tanto;
- (c) todas as autorizações societárias e consentimentos necessários à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (d) que os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (ou suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (ou suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos;
- (e) não ter conhecimento de que os termos desta Escritura possam contrariar qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora (ou suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, uma vez que foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade da Emissora;
- (g) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, especialmente daquelas previstas nas Cláusulas V e VI acima;
- (h) os prospectos preliminar e definitivo do Programa (em conjunto doravante denominados "Prospecto"), bem como os suplementos preliminar e definitivo de distribuição das Debêntures (em conjunto doravante denominados "Suplemento") conterão, nas suas respectivas datas: (a) todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora e suas controladas no contexto da Oferta, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, insuficientes, inconsistentes, incorretas ou inverídicas; e (b) as informações, fatos e declarações em relação à Emissora e suas controladas, necessárias para que os investidores possam formar criteriosamente a sua decisão de investimento nas Debêntures, sendo essas informações, fatos e declarações



verdadeiras, completas, precisas, claras, atuais, objetivas, em linguagem acessível.

- (i) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora, expressas no Prospecto e/ou no Suplemento, foram dadas corretamente, e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (j) não ter conhecimento de outros fatos em relação à Emissora, suas controladas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto desta Oferta, que façam com que alguma declaração do Prospecto e/ou do Suplemento seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- (k) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2003, 2002 e 2001, bem como as Informações Semestrais datadas de 30 de junho de 2004 e 2003, representam corretamente a posição financeira da Emissora e de suas controladas e coligadas nessas respectivas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (l) exceto pelas informadas no Prospecto e no Suplemento, não é de seu conhecimento nenhuma outra contingência que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou nas suas controladas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e
- (m) exceto pelo registro da presente Oferta na CVM, obteve todas as aprovações necessárias, sejam de caráter interno ou emitidas por entidades governamentais competentes, com relação a esta Emissão e à colocação pública das Debêntures;

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



10.2. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.3. Comunicações

10.3.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora

TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESP
Rua Martiniano de Carvalho, 851, 12º andar
CEP: 01321-001 – São Paulo – SP
At. Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (11) 3549-8172
Fac-símile: (11) 3549-8171
E-mail: sbalbuglio@telesp.com.br

Para o Agente Fiduciário

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.
Av. Paulista, nº 2.439, 11º andar
03531-000 – São Paulo – SP
At. Sr. Artur Martins de Figueiredo
Telefone: (11) 3061-9444 - ramal 459
Fac-símile: (11) 3060-9575
E-mail: afigueiredo@plannercorretora.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriurador

Banco Bradesco S.A.
Av. Yara, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar – Cidade de Deus
06029-900, Osasco – SP
At. Sr. José Donizetti de Oliveira
Telefone: (11) 3684-3749
Fac-símile: (11) 3684-3811
E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br

Câmara de Liquidação

CETIP
Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar
01009-000, São Paulo – SP
At. Sr. Fábio Benites
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1664
E-mail: fbenites@cetip.com.br

10.3.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado



por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

10.3.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.

10.4. **Lei Aplicável**

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.5. **Foro**

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja”.

